

Ciclo de Debates Incentivo ao Esporte

1ª Reunião Preparatória – 27/9/2023 – 10 horas

Órgãos e entidades presentes	<ul style="list-style-type: none">• Associação Cidadã de Esportes e Assistência Social – Aceas• Associação Cristã de Moços em Minas Gerais – ACM-MG• Associação Ser Parte• Centro de Formação Atleta Cidadão• Conselho Regional de Educação Física em Minas Gerais – 6ª. Região – CREF6-MG• Federação Mineira de Voleibol• Federação Mineira Desportiva dos Surdos – FMDS• Instituto Trilhar• Mackenzie Esporte Clube• MG Esportes• Minas Tênis Clube• Rede Incentive – Projetos e Eventos• Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese• Secretaria de Estado de Fazenda – SEF-MG• Sindicato dos Estabelecimentos de Natação, Ginástica, Recreação e Cultura Física de Minas Gerais – Sinagic-MG
Parlamentares e assessorias	<ul style="list-style-type: none">• Deputado Coronel Henrique• Assessoria Parlamentar do Gabinete do Deputado Coronel Henrique• Assessoria Parlamentar do Gabinete do Deputado João Júnior• Assessoria Parlamentar do Gabinete do Deputado Oscar Teixeira
Assessoria ALMG	<ul style="list-style-type: none">• Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT• Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – GID• Gerência-Geral de Participação e Interlocução Social – GPI• Gerência-Geral de Rádio e Televisão – GTV• Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC
Pauta	<ul style="list-style-type: none">• Abertura e palavra do deputado coordenador• Apresentação da proposta do evento pela GPI<ul style="list-style-type: none">◦ Breve consideração sobre os eventos institucionais e sobre o evento em pauta◦ Apresentação do trabalho a ser desenvolvido pela comissão organizadora• Breve apresentação dos convidados: nome, instituição e pontos de interesse na discussão da temática (temas relevantes, problemas enfrentados, sugestões de melhoria)• Apresentação e avaliação das sugestões de objetivos e de programação para o evento• Encerramento
Transcurso da reunião	<ul style="list-style-type: none">• Reunião aberta pelo deputado Coronel Henrique, que saudou os presentes e relatou que apresentou, há quatro anos, o projeto de lei PL 780/2019 para aprimoramento da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 20.824/2013), sobretudo em relação ao teto de captação

1ª Reunião Preparatória – 27/9/2023 – 10 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes

de recursos, mas a pauta não foi adiante. Agora, a pedido do presidente da Casa, deputado Tadeu Martins Leite, que é um esportista e abraçou a causa, a discussão será levada para esse formato de ciclo de debates de construção coletiva, previsto para o dia 20 de outubro, evento que, diferentemente de uma audiência pública, que tem um roteiro pré-definido e falas curtas, terá temas, convidados e palestras escolhidos pelos representantes das instituições e entidades convidadas para essas reuniões preparatórias; acrescentou que o tema deve ser abordado de forma técnica, de modo que sua importância seja evidenciada e que haja uma sensibilização do governo do Estado e da Secretaria de Fazenda para que aceitem abrir mão de receitas, lembrando que estamos em um momento político diferente – com uma nova gestão na Secretaria de Governo e um apoio maior ao esporte por parte da presidência da Assembleia – e que a pressão política, para o quê o evento deve contribuir em termos de mobilização e adensamento de argumentos, é importantíssima para a conquista de avanços. Argumentou ainda que, apesar dessa necessidade de enfrentamento político, a pauta tem apoio em setores do Executivo, principalmente na Sedese, e que a política de esporte é muito barata, mesmo com o atendimento da demanda de triplicar o teto da renúncia, que atualmente fica em torno de 23 milhões, o montante não teria impacto algum para o governo, mesmo porque não se trata de renúncia para beneficiar determinado setor, mas para que seja feita política pública com os recursos. Mencionou por fim a incoerência, frente à proposta de formação de um consórcio entre os estados do Sudeste, e a desproporcionalidade das práticas tributárias, argumentando que Minas Gerais, com 853 municípios, não pode ter apenas 23 milhões para o incentivo ao esporte enquanto o Rio de Janeiro, por exemplo, tem cerca de 120 milhões para 92 municípios, e que é necessário se alinhar com os demais estados, com alíquota equilibrada e proporcional.

- A equipe técnica da Gerência-Geral de Participação e Interlocução Social – GPI –, setor responsável por coordenar tecnicamente a organização dos eventos participativos, colocou que, com a aprovação da realização deste ciclo de debates pela Mesa Diretora, a pauta do esporte nessa perspectiva do aprimoramento da Lei de Incentivo foi alçada à agenda política da Casa, tornando-se tema prioritário e de alta importância; a construção coletiva deste evento institucional, em parceria com entidades da sociedade civil e do governo, terá como desafio o curtíssimo prazo até a realização do ciclo, para o qual estão previstos uma abertura política e um painel temático pela manhã e outro painel à tarde, ambos seguidos de debates com perguntas dos participantes; relatou que os eventos institucionais têm grande cobertura da área de comunicação da Assembleia, e o sucesso de público conta também com o apoio dos parceiros e os esforços coletivos de mobilização. A lista de entidades parceiras, que compõem a Comissão Organizadora, constará nos convites, nas peças de divulgação, na programação e na página do evento no Portal, e foi solicitado aos parceiros presentes que indiquem outras entidades relevantes da área para aderir a essa comissão para próxima reunião, provavelmente no dia 5 de outubro.
- O representante da Secretaria de Estado de Fazenda colocou que esteve na recente audiência pública sobre o tema, tendo se sensibilizado e repercutido internamente na secretaria, inclusive junto à alta hierarquia, o quadro comparativo dos estados, e relatou que está em curso um processo de reexame do limite do valor a ser alocado, para o que foram solicitadas e recebidas algumas informações da Sedese, e já se está na fase de processo decisório, com possível alteração mediante decreto para viabilizar projetos já aprovados, uma vez que o convênio vigente autoriza os estados a destinar 0,5% da receita líquida de ICMS para essa finalidade, e em Minas Gerais atualmente a destinação é de 0,05%, chegando a um teto de aproximadamente 26 milhões (a título de comparação, a cultura tem 0,3%, com teto de 156 milhões). A perspectiva conta com dois horizontes, um com alteração do limite ainda para o exercício de 2023, a partir de outubro, e outro para o exercício de 2024, para o que se depende de estudos em relação ao montante que teria viabilidade para efetiva aplicação nesses exercícios e também em relação às medidas

1ª Reunião Preparatória – 27/9/2023 – 10 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes

compensatórias necessárias (Lei de Responsabilidade Fiscal) para benefícios fiscais que tem fruição individualizada, como é o caso da Lei de Incentivo ao Esporte. Para os exercícios futuros, a ideia é contemplar a alteração dos limites diretamente nas leis orçamentárias, mediante alterações nas próprias normas ou por crédito suplementar. Acrescentou, por fim, que apesar da audiência do dia 19 de setembro já ter ensejado essas possibilidades, a realização do evento é importante, uma vez que a mobilização popular tem um poder de pressão política muitas vezes maior do que a dos técnicos.

- A equipe da GPI fez uma apresentação esquemática em tela sobre o formato ciclo de debates, que é um evento em forma de seminário (com palestras e debates), aprovado pela Mesa Diretora e para o qual é designado um deputado coordenador, e tem a função de ampliar e aprofundar a discussão e de reforçar a inserção da pauta na agenda institucional. São convidados diversos órgãos e instituições para compor a comissão organizadora, que estabelece os principais pontos de discussão em parceria com a ALMG e tem como tarefas ajustar, definir ou aprovar: os objetivos (geral e específicos); a programação; os assuntos (painéis temáticos e segmentos representados); os palestrantes (nomes, contatos e orientações para a abordagem do assunto); e o nome do evento; os parceiros também contribuem na avaliação e aprovação da identidade visual proposta pela área de comunicação e na elaboração e realização de um plano de comunicação integrada (divulgação e mobilização de público).
- Foi aberta a palavra para que os parceiros apresentem seus pontos de interesse na discussão do assunto, com temas relevantes, problemas enfrentados e sugestões de melhoria da política pública.
- Foi ressaltada a importância da lei e dos recursos para a formação de atletas, e relatado que a questão do teto interrompeu a continuidade de projetos de eventos esportivos e de ações de formação, tanto sociais quanto de alto rendimento, alguns já com termos de compromisso assinados pelas partes aguardando os recursos, e afirmou-se que a perspectiva da reabertura para captação de verbas ainda em 2023 é muito importante, e que já devem ser pensados ajustes em nível de portarias e decretos da Sedese para avaliação e aprovação de projetos.
- Foi apresentada pauta com relação ao setor de academias, afirmando-se que existe uma visão, sobretudo nos entes públicos, que separa a atividade física do esporte (e para este é dada ênfase ao de alto rendimento), sendo que a primeira na verdade envolve um volume muito maior da população como um todo, e argumentou-se que as áreas devem correr juntas e que a atividade física deve ser vista como um meio importante tanto para o esporte de alto rendimento quanto para o esporte social em suas relações com o lazer e a saúde.
- Para além da já comentada diferença no montante de recursos em Minas em comparação a RJ e SP, foi apontado o não alcance da política de esporte em vários municípios, o que está relacionado diretamente ao teto de captação, pois mais recursos gerariam possibilidades de maior descentralização e de diminuição das restrições que a Sedese teve que colocar nos editais, permitindo a discussão tanto de projetos com viés mais social para municípios com menor IDH, quanto de projetos de grandes eventos esportivos, que geram emprego e renda para as cidades; argumentou-se que a lei de incentivo é o mecanismo mais democrático e meritocrático que existe, pois todos podem apresentar projetos, os meritosos têm seu patrocínio renovado.
- A representante da Federação Mineira Desportiva dos Surdos colocou que precisam ser superados os entraves para aprovação de projetos, há muitos municípios com pessoas surdas que têm interesse em participar do esporte, e a federação necessita conseguir verbas para seus projetos, alguns com foco em mulheres e crianças, pois é muito importante estimular o esporte e a atividade física para PCDs desde a infância.
- Os representantes da Sedese apontaram o poder do diálogo no aprimoramento das políticas públicas, e relataram a realização,

1ª Reunião Preparatória – 27/9/2023 – 10 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes

em Teófilo Otoni nesta semana, do 10º encontro (de um total de 15 em cidades-polos abrangendo as 22 regionais) do Fórum de Temáticas Esportivas – Forte – para ouvir as dores da ponta e saber o que funciona e o que pode ser melhorado; também no último mês de julho, houve seminário de avaliação da lei de incentivo, envolvendo entidades, empresas e prefeituras com o objetivo de evoluir e aprimorar as políticas de esporte, lazer e atividade física em nosso Estado. Em relação ao histórico, relataram que houve evolução do mecanismo nesses dez anos desde sua implantação, com ampliação gradual do percentual usado do limite de alocação, que não chegava a 60% nos primeiros anos e chegou a 100% em 2019, se mantendo alto mesmo no período de pandemia, o que reforça a necessidade de ampliação do limite. Colocaram seu agradecimento à Assembleia e ao deputado pela realização de evento de escuta com esse porte, e afirmaram que vêm para ouvir e colher sugestões relativas a lei, decretos, editais, resoluções e processos administrativos da secretaria para aprimoramento. Relataram, por fim, que está em estudo, para implementação por meio de decreto, uma alteração para reduzir o tempo médio de aprovação de projetos por meio da inversão das fases, retirando a análise completa antes da captação, e colocando apenas a análise de admissibilidade (mérito, objetivos e público-alvo), de forma semelhante à lei federal, com maiores detalhes como despesas e metas sendo exigidas apenas após a captação.

- O deputado Coronel Henrique colocou que uma das intenções seria apresentar para sociedade e tornar palpável em números objetivos quem são os beneficiados pelos projetos do incentivo ao esporte, qual é seu impacto, como um grande evento gera receita no turismo da cidade, mostrando a amplitude do que a lei faz, e sugeriu à Sedese um estudo amplo, relacionando dados e fazendo uma leitura política, para transmitir aos técnicos e gestores essa percepção do impacto social que o esporte tem. Os representantes da secretaria afirmaram que irão levantar os números, que são consistentes e mostram evolução nesses 10 anos.
- O representante da Secretaria de Fazenda salientou que há outras frentes de recurso para o esporte, e apontou a recente alteração promovida pela Lei 24.431/2023 na distribuição da contraparte do ICMS da Lei Robin Hood (Lei Federal 18.030/2009) de 0,1 para 0,5%, o que na prática resultou no aumento do chamado “ICMS esportivo” de 14 pra 70 milhões de reais a serem destinados aos municípios para financiar projetos relacionados a esportes.
- Foi relatado que a Federação Mineira de Vôlei atua em duas frentes, competições de alto rendimento e projetos sociais para pulverizar o esporte, não em todos os municípios mas em todas as regionais, e foi manifestada preocupação com os rumos da lei, com restrições para eventos de alto rendimento, argumentando-se que existe uma linha tênue entre o alto rendimento e o social, pois os eventos de grande porte têm impacto no social, é importante mostrar esse lado e o porquê desses projetos, mensurando e mostrando com dados o quanto os eventos geram de receita para os municípios, como bem colocou o deputado.
- Foi colocada a questão da equidade do acesso às políticas de esporte e das dificuldades em lançar projeto na plataforma e captar os recursos, e falou-se da importância de capacitar pequenas entidades e instituições para diversificar os beneficiários e redistribuir o recursos.
- O deputado Coronel Henrique comentou que acredita que o esporte deveria estar em outra secretaria de Estado, a de cultura e turismo, onde seria mais evidenciado esse movimento de geração de receita e renda, vindo a parte social como consequência, apesar de que é perceptível que o esporte tem se tornado cada vez mais querido para a Sedese, que tem feito um bom trabalho e até por isso o teto foi atingido precocemente. Acrescentou que é preciso sensibilizar gestores e técnicos para entender a dimensão dos efeitos da política de incentivo e o que pode ser gerado em termos de movimentação da economia ao abrir mão de uma receita, e este ciclo de debates é um momento rico para que as coisas se movimentem, para construir argumentos e aprofundá-los, sensibilizando os demais parlamentares para a aprovação de uma nova legislação, talvez até fixando em lei o que

1ª Reunião Preparatória – 27/9/2023 – 10 horas

Transcurso da reunião / pontos importantes	<p>atualmente é definido por decretos, que estão sujeitos a instabilidades políticas.</p> <ul style="list-style-type: none">• Foram apresentadas em tela e lidas as propostas de objetivo geral e de objetivos específicos para evento, e recebidas e acolhidas algumas sugestões de complementação (verificar arquivo anexo).• O deputado coronel Henrique sugeriu convite a uma empresa apoiadora para a mesa de abertura, mencionando como possibilidade a Arcelor Mittal.• Foi sugerido que a indicação de empresa apoiadora já prevista para o painel 1 na proposta de programação seja direcionada a uma empresa de pequeno porte.• Ficou combinado manter por ora os textos dos objetivos com as alterações sugeridas (que passarão por revisão e adequações de texto), e referendá-los em definitivo na próxima reunião, após o avanço da formatação do evento.• Foi apresentada em tela e lida a sugestão inicial de programação, que será encaminhada para a Comissão Organizadora, para que os parceiros avaliem e tragam sugestões de alteração e de expositores para abordar as temáticas sugeridas na próxima reunião (arquivo anexo).• Relembrou-se que, caso sejam identificadas lacunas, podem ser encaminhadas sugestões de outras entidades para compor a comissão organizadora, preferencialmente com informações de contato.• A representante da Gerência de Relações Públicas relatou que a Assembleia conta com uma estrutura robusta de comunicação, com a TV Assembleia, transmitida para todos os municípios, a Rádio Assembleia, que tem 260 rádios afiliadas que reproduzem seu conteúdo, a área de jornalismo, que alimenta o Portal com notícias, e as mídias digitais, que mantêm os perfis institucionais nas redes sociais, e todos esses canais são usados para divulgação do evento, além da comunicação dirigida, com envio de convites para o mundo oficial e para entidades que já participaram de eventos ligados ao tema; no entanto, colocou que essa comunicação chega só até um ponto, e o apoio e a colaboração dos parceiros para a capilaridade da mobilização de público é essencial. Acrescentou que, devido ao prazo curto para o evento, dois questionários que normalmente são distribuídos na 2ª reunião serão enviados por e-mail, solicitando resposta até a sexta-feira, dia 29/10, e esclarecendo que um serve para embasar o <i>briefing</i> para a confecção da identidade visual e o outro objetiva conhecer a estrutura e os profissionais de comunicação das entidades parceiras.• Foi sugerido e aprovado que a próxima reunião, prevista para quinta-feira, dia 5/10, se inicie meia hora mais cedo, às 9h30.• O deputado coronel Henrique agradeceu à equipe técnica, à sua equipe e à dos demais gabinetes presentes e, sobretudo, aos parceiros das entidades e órgãos ligados ao esporte, e encerrou a reunião.
Tarefas combinadas	<ul style="list-style-type: none">• Os parceiros ficaram de responder os questionários <i>online</i> da comunicação até o dia 29/9 e de trazer sugestões de expositores e/ou debatedores, bem como de alterações para a proposta de programação na próxima reunião, e podem indicar com antecedência outras entidades para compor a comissão organizadora (no máximo até o dia 3 de outubro), preferencialmente com dados de contato, pelo e-mail gpi@almg.gov.br.
Próxima reunião	<ul style="list-style-type: none">• Dia 5 de outubro de 2023, quinta-feira, às 9h30, na Sala de Reuniões 1 da GPI (Ed. Tiradentes, 4º andar, Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Santo Agostinho, BH).